



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO
REGIONAL**

LUANA VITÓRIA DE SOUSA BRITO

**DESAFIOS ENFRENTADOS DURANTE A PERMANÊNCIA
DE MÃES NO ENSINO SUPERIOR -
UMA ANÁLISE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

**SANTARÉM
2024**

LUANA VITÓRIA DE SOUSA BRITO

**DESAFIOS ENFRENTADOS DURANTE A PERMANÊNCIA
DE MÃES NO ENSINO SUPERIOR -
UMA ANÁLISE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Dr^a Inailde Corrêa de Almeida.

**SANTARÉM
2024**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)
Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/ UFOPA

B862d Brito, Luana Vitória de Sousa

Desafios enfrentados durante a permanência de mães no ensino superior - uma análise na Universidade Federal do Oeste do Pará. / Luana Vitória de Sousa Brito. – Santarém, 2024.

40 p.: il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Inailde Corrêa de Almeida.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Curso de Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

1. Maternidade. 2. Ensino superior. 3. Inclusão. I. Almeida, Inailde Corrêa de, *orient.*
II. Título.

CDD: 2A3 ed. 362.82

LUANA VITÓRIA DE SOUSA BRITO

**DESAFIOS ENFRENTADOS DURANTE A PERMANÊNCIA
DE MÃES NO ENSINO SUPERIOR -
UMA ANÁLISE NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências da Sociedade, da Universidade Federal do Oeste do Pará, como requisito obrigatório para obtenção do título de bacharel em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional.

Orientador(a): Dr.^a Inailde Corrêa de Almeida.

Conceito:

Data de Aprovação: 21/10/ 2024

Dr.^a Inailde Corrêa de Almeida – Orientador (a)
Universidade Federal do Oeste do Pará

Dr.^a Carla Ramos
Ministério da Igualdade Racial

Me. ^a Neylaine da Silva Santana
Universidade Federal do Oeste do Pará




UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE
CURSO DE BACHARELADO EM
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL


**ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM
GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

No vinte e um dia do mês de outubro de dois mil e vinte e quatro, às 14:00 horas, realizou-se a Defesa Pública na sala meet: ifn-tggz-nte, da Monografia da acadêmica LUANA VITÓRIA DE SOUSA BRITO (matrícula: 2020004987), intitulada “**Desafios enfrentados durante a permanência de mães no ensino superior - uma análise na Universidade Federal do Oeste do Pará**”, sob orientação da Prof.(a) Inailde Correa de Almeida que compôs a banca examinadora com os professores(as) Profº Phd Carla Ramos e profa Msc Neylaine da Silva Santana. A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação dos componentes da banca e do(a) discente e atribuiu o tempo de vinte a vinte e cinco minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se as considerações e arguição da banca e as respostas do (a) discente. Posteriormente, a comissão reuniu-se para deliberar e apresentou o parecer final com a nota ____10,0____, atribuindo 20 dias para que o(a) discente entregue a versão final corrigida na biblioteca. Nada mais havendo a tratar, eu, Prof.(a) Inailde Correa de Almeida, lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca.


Prof.(a) Inailde Correa de Almeida – Orientadora

Documento assinado digitalmente
 INAILDE CORREA DE ALMEIDA
Data: 22/10/2024 22:50:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Phd Carla Ramos – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 CARLA RAMOS
Data: 24/10/2024 11:40:41-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Msc Neylaine da Silva Santana – Membro da banca

Documento assinado digitalmente
 NEYLAINÉ DA SILVA SANTANA
Data: 23/10/2024 10:21:58-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Luana Vitória de Sousa Brito – Discente



Dedico este trabalho – e a minha vida – ao meu filho, Victor Guilherme, que pra mim sempre foi alegria e nunca fardo.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus, por ter me concedido saúde, força e determinação necessária para completar este ciclo.

Em seguida agradeço meu companheiro, pai do meu filho e melhor amigo, Rycley Bruce. Quando nosso filho nasceu no meu terceiro semestre de graduação, considerei trancar a matrícula. Mas você segurou minha mão, me impediu de desistir e pausou seus sonhos para que eu seguisse os meus. Você sacrificou horas de sono, descanso e lazer, para que eu vivenciasse a trajetória acadêmica em sua plenitude, quase sem restrições. Seu amor e apoio inabalável foram a base de cada uma das minhas conquistas e sem você essa caminhada não seria possível. Obrigada por tudo o que faz por mim e pela nossa família.

Agradeço também aos meus pais, Elinelma e Odenildo Lavor que me ensinaram a importância dos estudos para crescer na vida, e com muita luta e esforço, garantiram que desde a infância eu recebesse um ensino de qualidade. Vocês me ensinaram, com suas ações, o valor da determinação e da resiliência, e foi com essa base que pude enfrentar os desafios dessa jornada acadêmica. Este trabalho é resultado não só dos meus esforços, mas também da paciência, incentivo e confiança que vocês depositaram em mim.

E por fim, gostaria de agradecer a cada um dos professores que contribuíram para o meu processo de formação acadêmica, em especial a minha professora e orientadora Inailde Almeida, que nunca pareceu duvidar da minha capacidade e que além de exercer o papel de mestre, também se tornou uma amiga.

*“Que nada nos limite...
Que nada nos defina...
Que nada nos sujeite...
Que a liberdade seja a nossa própria substância.”*

Simone de Beauvoir

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo identificar os desafios enfrentados por discentes mães na Universidade Federal do Oeste do Pará, campus Santarém-PA, ressaltando a relevância da criação de políticas voltadas à permanência materna nas instituições de ensino superior. A pesquisa adota metodologia quali-quantitativa. Onde foi aplicado um questionário destinado às mães discentes de todos os institutos e cursos da UFOPA, composto por 35 perguntas. O questionário esteve disponível no período de 22 de abril a 20 de maio de 2024 e resultou em 269 respostas, apenas com as estudantes da Sede, no município de Santarém. A partir da análise dos dados coletados, foi possível identificar os principais obstáculos enfrentados por essas estudantes mães e como eles prejudicam o seu desempenho na universidade. Ao término da pesquisa, destacou-se a importância do debate a das lutas por políticas mais inclusivas que garantam o acesso pleno à educação para todas as mães, sem que o fato de terem filhos seja um fator limitante para sua formação e futuro profissional.

Palavras-Chave: Maternidade. Ensino superior. Inclusão.

ABSTRACT

This work aims to identify the challenges faced by student mothers at the Federal University of Western Pará, Santarém-PA campus, highlighting the relevance of creating policies aimed at maternal permanence in higher education institutions. The research adopts a qualitative and quantitative methodology. Where a questionnaire was applied to mothers who were students of all UFOPA institutes and courses, consisting of 35 questions. The questionnaire was available from April 22 to May 20, 2024 and resulted in 269 responses, only from students at Headquarters, in the municipality of Santarém. From the analysis of the data collected, it was possible to identify the main obstacles faced by these student mothers and how they affect their performance at university. At the end of the research, the importance of the debate for more inclusive policies that guarantee full access to education for all mothers was highlighted, without the fact of having children being a limiting factor for their training and professional future.

Key words: Motherhood. Higher education. Inclusion.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percentual da etnia/raça.....	19
Gráfico 2 – Percentual de faixa etária.....	20
Gráfico 3 – Percentual do estado civil.....	21
Gráfico 4 – Percentual de local de residência.....	21
Gráfico 5 – Percentual de tipo de moradia.	22
Gráfico 6 – Percentual de número de filhos.	23
Gráfico 7 – Percentual da faixa etária dos filhos.....	23
Gráfico 8 – Percentual de amamentação.	24
Gráfico 9 – Percentual de local em que os filhos estudam.	24
Gráfico 10 – Percentual de rede de apoio.	25
Gráfico 11 – Percentual de presença dos filhos na universidade.....	26
Gráfico 12 – Percentual de horários dos filhos no espaço de acolhimento.	26
Gráfico 13 – Percentual de turnos.	27
Gráfico 14 – Percentual de ausência em eventos acadêmicos.....	28
Gráfico 15 – Percentual de questionamento em editais de pesquisa e extensão.....	28
Gráfico 16 – Percentual de dificuldade na justificativa de falta.....	29
Gráfico 17 – Percentual de sentimento de desistência do curso.	30
Gráfico 18 – Percentual de conhecimento sobre outras mães que desistiram do curso.....	30

LISTA DE SIGLAS

DPEAA - Diretoria de Políticas Estudantis e Ações

Afirmativas

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

NSA – Núcleo de Salas de Aula

OMS – Organização Mundial da Saúde

PNADC - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

PROGES - Pró-Reitoria de Gestão Estudantil

PSEI - Processo Seletivo Especial Indígena

PSEQ – Processo Seletivo Especial Quilombola

PSR - Processo Seletivo Regular

SIC - Serviço de Atendimento ao Cidadão

UFOPA – Universidade Federal do Oeste do Pará

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2. REFERENCIAL TEÓRICO	13
2.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho: gênero e educação.	13
2.2 Maternidade e diploma: o desafio de equilibrar duas jornadas.	14
2.3 Revolução econômica: Os efeitos transformadores do ensino superior nas famílias.	15
2.4 A Universidade Federal do Oeste do Pará: História e estatísticas.....	16
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	17
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	18
4.1. Análise das respostas objetivas.	19
4.2. Análise das respostas subjetivas.	28
5. CONCLUSÃO	32
REFERÊNCIAS	35
ANEXOS	37

1. INTRODUÇÃO

O histórico de luta das mulheres para deixarem o cenário da invisibilidade, é secular, e inegavelmente importante para transformar o cenário de submissão e limitação imposto socialmente ao gênero feminino. Ao longo de décadas, a luta por oportunidade de emprego, educação e participação social vem crescendo no cenário global.

Para Matos (2008) a subordinação das mulheres é anterior a todas as formas de opressão e se trata de uma das mais duras batalhas ocorridas, além de ser a mais longa revolução a ser construída. Durante os séculos XVII e XIX, a única função cabível a mulher era a de mãe e esposa devota, não lhe sendo permitida a inserção em atividades além daquelas relacionadas ao cuidado da família e do lar. A obrigatoriedade da presença feminina nas atividades domésticas era pautada no imaginário coletivo que estipulava o papel de ascendência profissional para os homens, perpetuando a ideia de que somente homens poderiam ser representados como seres inteligentes e capazes de exercer posições de intelectualidade e dominância.

Entretanto, com o advento das tecnologias contraceptivas, mudanças de padrões de gêneros e expansão do mercado de trabalho, a identidade feminina teve que ser alterada, para incluir um novo papel: o de pessoa com uma carreira profissional (COUTINHO, 2004). Com o aumento do foco na carreira, as mulheres também passaram a ingressar em cursos de ensino superior, expandindo seus níveis educacionais e como consequência, assumindo novas posições sociais de protagonismo feminino. Os primeiros registros que se tem de mulheres ingressando na universidade, de acordo com Silva (2010), aconteceram nos Estados Unidos, no ano de 1837. Em Ohio, surgiu a primeira universidade feminina, o women's college.

No Brasil, foi no estado da Bahia, no ano de 1887, que Rita Lobato, foi a primeira mulher a concluir o ensino superior, formando-se em medicina. E, Maria Falce de Macedo, segunda mulher a formar-se em Medicina no Paraná, em 1919. As mulheres brasileiras só foram autorizadas a ingressar em um curso superior, apenas no ano de 1879, ingresso concedido por Dom Pedro II, então Imperador do Brasil (SILVA, 2010).

Na atualidade, o número de universitárias cresceu no território nacional, sendo maior que o número de homens matriculados no ensino superior. De acordo com pesquisa realizada pelo IBGE no ano de 2022, a proporção de pessoas com nível superior completo foi de 16,8% entre os homens e 21,3% entre as mulheres.

As estatísticas mostram um cenário muito positivo para o contexto social feminino, no que tange o acesso à educação profissional, porém o que esses números expressivos não alcançam são as intempéries enfrentada pelas estudantes. Desde o ingresso até a conclusão do curso, essas universitárias passam por diversas necessidades, únicas e específicas, do corpo que ocupa.

A conciliação entre estudos e maternidade ainda é uma realidade inacessível para muitas mulheres, seja pelos estereótipos machistas do comportamento social que impõe as principais tarefas parentais para a mãe, sobrecarregando-a e impossibilitando-a de participar ativamente das aulas, ou pela falta de políticas assistencialistas maternais como creches e auxílios para mães provedoras da sua família, que precisam trabalhar e não tem onde deixar seus filhos para que possam frequentar um curso de graduação e realizar o sonho da conquista do diploma.

As universidades brasileiras, ao longo do tempo, buscam se preparar para atender as necessidades dessas mulheres, dentro do quadro da maternidade. Com políticas que garantam os direitos das estudantes lactantes de se afastarem das suas atividades acadêmicas, entre outras. Contudo, ainda existe um longo percurso a ser percorrido na busca de garantir direitos as estudantes que passam por tantos desafios no percurso acadêmico, dividindo seu tempo e energia vital, entre o contexto doméstico, familiar e profissional. As estudantes mães da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no estado do Pará, provavelmente também passam por questões similares as outras universitárias. O que leva ao questionamento desta pesquisa: Quais são os desafios enfrentados durante a permanência de mães no ensino superior, na UFOPA?

Diante do exposto, este estudo possui como objetivo geral identificar os desafios enfrentados por mães discentes da Universidade Federal do Oeste do Pará, no campus Santarém-PA, a fim de ressaltar a importância da criação de políticas de permanência materna na Universidade. Além disso, possui como objetivos específicos estudar os avanços históricos do acesso a mulheres e mães no ensino superior, bem como definir o perfil social dessas estudantes.

Para tanto, o trabalho foi estruturado em cinco seções. A primeira apresenta a introdução que traz a avanço histórico do ingresso feminino nas universidades, a segunda trata sobre o referencial teórico, passando pela inserção da mulher no mercado de trabalho e a busca em equilibrar as duas jornadas, mãe e estudante. A terceira fala sobre os procedimentos metodológicos, seguindo para a quarta que trata dos resultados obtidos no

contexto da Universidade estudada, e por fim, são apresentadas as considerações finais e referências bibliográficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A inserção da mulher no mercado de trabalho: gênero e educação

A trajetória feminina no âmbito educacional e profissional é historicamente marcada por desigualdades estruturais e preconceitos que têm suas raízes nas construções sociais de gênero. Segundo Butler (1990), gênero é algo performativo e nasce de normas sociais repetidas que definem o que é considerado apropriado para cada indivíduo. Tais normas, contribuem para expectativas impostas sobre as mulheres quanto a sua inclinação para atividades domésticas, e “tradicionalmente femininas”, limitando suas habilidades e oportunidades de ascensão em áreas mais valorizadas economicamente, que são historicamente ocupadas pela figura masculina.

Quanto a perspectiva histórica, Garcia (1999) afirma que a exploração do trabalho feminino doméstico iniciou antes do capitalismo, mas foi herdada e acentuada com ele. O autor ainda reforça que a família tem se revelado uma instituição que mantém as mulheres atreladas à domesticidade e causa crises sempre que esta mulher resolve seguir um caminho de independência financeira e ocupar espaços de cidadania, quebrando padrões de relação de gênero. A ocorrência dessas crises frequentemente impede que mulheres alcancem o sonho de desenvolver uma carreira, obtenham independência financeira ou se envolvam em jornadas de autoconhecimento profissional, as quais poderiam proporcionar-lhes grande satisfação pessoal.

De acordo com Simone de Beauvoir (1970), as mulheres foram tradicionalmente relegadas à esfera privada, enquanto os homens ocupavam a esfera pública:

A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. A mulher só se emancipará quando puder participar em grande medida social na produção, e não for mais solicitada pelo trabalho doméstico senão numa medida insignificante. E isso só se tornou possível na grande indústria moderna, que não somente admite o trabalho da mulher em grande escala como ainda o exige formalmente (BEAUVOIR, 1970, p. 75)

A autora dar luz aos desafios enfrentados pela mulher, mas também, destaca que a modernidade trouxe pontos positivos, especialmente no que tange a inserção das mulheres

no mercado de trabalho, força de trabalho que foi cada vez mais demandada, no âmbito da do mercado global. Porém, reforça a divisão sexual do trabalho, com um problema a ser superado, onde a formação educacional das mulheres, é uma força propulsora de quebrar as barreiras da desigualdade de direitos.

Diante disso, o incentivo à educação e à formação para mulheres deve ser cada vez mais integrado à realidade contemporânea, com o objetivo de transformar a visão limitada que parte da sociedade ainda mantém sobre o papel feminino, como veremos na próxima seção.

2.2. Maternidade e diploma: o desafio de equilibrar duas jornadas

Com o progresso dos direitos alcançados pelas mulheres por meio das lutas feministas e mudanças nas relações entre gêneros, gradativamente a quantidade de mulheres aumentou o ingresso na universidade na busca da formação de uma carreira profissional. Segundo dados do IBGE, entre 2009 e 2019, a taxa de mães com ensino superior subiu de 16% para 23,5% representando um crescimento percentual de 47,3%. Esse aumento mostra a crescente necessidade das universitárias mães em administrar a maternidade com suas atividades acadêmicas.

Contudo, o aumento do número de mães que ingressam no ensino superior não tem sido consistente com um planejamento institucional que proporcione um ambiente satisfatório e de aprimoramento dessas mulheres, como evidenciado por Menezes (2012); Henriques (2016); e Gonçalves e Ternovoe (2017), entre outros, que revelam que as universidades, em sua maioria, não desenvolveram programas e políticas de apoio para satisfazer as necessidades destas mulheres, especialmente aquelas sem uma rede de apoio ou sem recurso suficiente para contratar mentores profissionais para ajudar durante a graduação. Um estudo realizado por Barros (2021) apontou:

Demonstra lacunas no apoio oferecido pelas instituições de ensino superior às mães universitárias, como a ausência de locais adequados para amamentação e ordenha, horários de atividades acadêmicas inflexíveis, dificultando a conciliação do aleitamento materno com atividades curriculares, pouca recepção de colegas e professores, além de questões socioculturais que dificultam a trajetória acadêmica das mães estudantes. (Barros, 2021, p.1)

Portanto, os problemas que as mulheres enfrentam no ambiente domiciliar não estão apenas em casa, mas estendem-se ao ambiente universitário que frequentam. As instituições sem infraestrutura adequadas e sem apoio do corpo docente, pode gerar diversos problemas na vida acadêmica das alunas, como faltas, atrasos na jornada estudantil, falta de

envolvimento em atividades extracurriculares e dificuldade de acompanhar as atividades em sala de aula. Tudo sendo consequência do cansaço físico e psicológico que acompanha a rotina de cuidados de uma criança.

Adicionalmente, mães universitárias também lidam com o chamado “sentimento de culpa”, ou seja, consideram-se culpadas por não se dedicarem aos filhos com mais atenção, uma vez que as imagens da maternidade exigem uma dedicação e um envolvimento quase que exclusivo por parte das mulheres (URPIA, 2009).

Esse cenário se agrava quando se considera que a maioria dessas estudantes são mães solo, o que as obriga a deixar seus filhos sob os cuidados de familiares ou em creches em período integral para poderem frequentar as aulas da graduação. Tal situação intensifica o sentimento de "terceirização" da educação de seus filhos, gerando ainda mais pressão emocional.

2.3.Revolução econômica: Os efeitos transformadores do ensino superior nas famílias

Schutzer (2014), o ensino superior proporciona uma formação que amplia as oportunidades no mercado de trabalho, permitindo que as mulheres busquem empregos melhores, salários maiores e condições econômicas mais estáveis. Com o ganho da qualificação, as mulheres passam a estar numa condição mais competitiva. Em resposta, elas podem fornecer contribuições produtivas que melhoram a qualidade de vida financeira e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico (SCHUTZER, 2014).

A interação entre o ensino superior e o setor industrial brasileiro é uma das condições mais importantes o desenvolvimento econômico. Nesse caso, pode-se dizer que as mães que concluem o ensino superior não só alcançam melhores condições financeiras, mas também trazem benefícios para a economia do país, no longo prazo (SCHUTZER, 2014).

O ensino superior proporciona uma formação profissional que aumenta as oportunidades no mercado de trabalho e permite às mulheres melhores empregos, salários mais elevados e melhores condições econômicas. Ao obterem suas qualificações, as mulheres tornam-se mais competitivas. Em troca, podem fazer contribuições produtivas que melhoram a qualidade da vida financeira e, portanto, o desenvolvimento econômico.

Ademais, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua de 2017, o nível de escolaridade é preponderante para determinar a renda dos trabalhadores no Brasil. A renda extraída da PNADC mostra que pessoas diplomadas em

cursos superiores apresentam remunerações muito superiores em relação àquelas que possuem apenas o ensino médio finalizado. A PNADC mostra que a remuneração média dos habilitados ao ensino superior é aproximadamente três vezes maior do que aquela recebida por um brasileiro habilitado apenas ao ensino médio. Esse dado explicita o efeito direto da qualificação escolar no poder de compra, destacando o investimento em escolaridade curricular, eficaz para inserir o núcleo da equidade e mobilidade social no país (IBGE, 2024).

Diante disso, a busca por educação, além de beneficiar as mães, também impacta positivamente suas famílias, promovendo mobilidade social e o bem-estar de seus filhos. A decisão dessas mulheres em ir para arena do ensino superior, partindo do desafio de equilibrar sua atuação maternal com a vida estudantil, é a busca por transformações social individual, familiar e, em certa medida, ao seu entorno comunitário, para além das gerações futuras.

Ao longo de séculos, a vida das mulheres era decidida por suas famílias, em especial pelos homens, seja pais, irmãos, maridos. Ter o diploma, ter a qualificação profissional, garante às mulheres a opção de escolha, o direito sobre decidir sobre sua própria vida, afugentando-se de um destino secularmente traçado de atuação no ambiente doméstico. Ter a oportunidade de escolher, entre estes dos lócus de atuação, casa ou emprego formal, é garantir o protagonismo sobre seus corpos, sobre suas vidas.

Matos (2012) afirma que a universidade, como local de busca de emancipação dos seres, deve, então, procurar subsidiar todos os indivíduos que nela se adentrarem. Isso significa dizer que a universidade tem por obrigação formular estratégias de permanência de mães no curso de graduação até o momento da formatura, justamente para que elas sejam inseridas em boas oportunidades no mercado de trabalho e consigam, dessa forma, alcançar a emancipação financeira tão desejada. A partir do exposto por Matos, entramos na próxima seção na realidade da Instituição aqui estudada.

2.4 Universidade Federal do Oeste do Pará: História e Estatísticas.

Antes de adentrarmos no universo acadêmico no qual nossas entrevistadas estudam, faz-se necessário trazer o contexto da instituição. A Universidade Federal do Oeste do Pará nasce do processo de interiorização do ensino público superior, pelo Ministério de

Educação, por meio da oferta de cursos de graduação na região oeste do estado do Pará, no ano de 2009.

Ao tratar-se de uma instituição multicampus, com sede no município de Santarém e campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Seus cursos de graduação são divididos em três categorias: I - bacharelados interdisciplinares; II - cursos de formação específica, e III - cursos de licenciaturas específicas ou licenciatura interdisciplinar, já os cursos de pós-graduação, compreendem dois níveis hierárquicos, lato sensu e stricto sensu, abrangendo, respectivamente, Especialização, no primeiro nível; e Mestrado e Doutorado, no segundo.

Em 2023, a UFOPA foi reconhecida, no ranking GreenMetric como a instituição de ensino superior mais sustentável do Norte do Brasil (UFOPA, 2023), o que representa a preocupação da instituição com questões ambientais e sociais da comunidade residente na região amazônica.

Para contribuir ainda mais com o desenvolvimento social e econômico dos seus alunos, a UFOPA inseriu no seu regimento de graduação, políticas de assistência estudantil que compreende programas de moradia, restaurante universitário, transporte interno, alimentação, inclusão digital, auxílio permanência, atendimento psicopedagógico e assistência à saúde e jurídica, no caso de direito à justiça gratuita previsto em lei. O regimento geral prevê que a UFOPA deverá destinar recursos correspondentes a pelo menos 5 % (cinco por cento) de sua verba de custeio para implementar as medidas citadas.

Conforme o Anuário Estatístico de 2023, no segundo semestre de 2022, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) contava com um total de 5.497 alunos matriculados na graduação, dos quais 3.080 eram mulheres, correspondendo a aproximadamente 56% do total. Esse número representa a necessidade de políticas de assistência estudantil que atenda especificamente o público feminino, já que as mulheres são a maioria entre discentes da instituição.

Desde a criação da UFOPA em 2009, até o ano de 2023, as iniciativas voltadas para a permanência de alunas que se tornam mães durante a graduação se resumem a duas medidas: O Decreto-lei nº 1.044, de 1969, que garante que a partir do oitavo mês de gestação e durante três meses, a estudante em estado de gravidez ficará assistida pelo regime de exercícios domiciliares e o uso do Restaurante Universitário (RU) para dependentes de até 6 (seis) anos de idade dos estudantes da UFOPA, de acordo com a portaria normativa nº 10, de 6 de outubro de 2023.

Embora os instrumentos normativos citados sejam de extrema relevância para assistir as mães que precisam conciliar os estudos com o cuidado aos seus filhos, eles não são o suficiente, por si só, para suprir as necessidades das discentes que vivenciam esse cenário e diminuir o risco de evasão das mesmas, como veremos na seção dos resultados e discussão deste trabalho, após a seção a seguir, dos procedimentos metodológicos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este trabalho é uma pesquisa descritiva exploratória, com abordagem quali-quantitativa, que de acordo com a Academia Brasileira de Letras é definida como a que une a descrição, classificação e interpretação de informações de caráter empírico (baseadas em entrevistas, grupos focais, fenômenos, etc.) à análise de estatísticas e dados numéricos (ABL, 2024).

Este tipo de abordagem busca integrar as vantagens de ambas os dados, aproveitando os pontos fortes de análise quantitativa, de dados numéricos e a profundidade interpretativa e contextual dos dados qualitativos descritivos. Como instrumentos de pesquisa foram realizadas pesquisas bibliográficas, análises documentais, revisão da literatura e levantamento de dados por meio de aplicação de questionários (Anexo).

Com o intuito de aprofundar o estudo sobre o tema e contribuir para o desenvolvimento de políticas de assistência materna na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a autora deste trabalho integrou, de forma voluntária, o Grupo de Trabalho de Política Materna e Parentalidade, sob a coordenação da Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA), vinculada à Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (PROGES) da UFOPA. O referido grupo é composto por servidores, docentes e discentes, e tem como objetivo a implementação de uma política materna e de parentalidade voltada para discentes, servidores(as), docentes e técnicos-administrativos da instituição.

Como parte da pesquisa conduzida pela Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA), foi aplicado um questionário destinado às mães discentes de todos os institutos e cursos da UFOPA, composto por 35 perguntas, sendo 31 perguntas fechadas, abordando dados quantitativos sobre o perfil e desafios da vida estudantil; e 4 perguntas abertas abordando dados qualitativos sobre a percepção das estudantes sobre sua jornada acadêmica. O questionário esteve disponível no período de 22 de abril a 20 de maio de 2024 e resultou em 269 respostas, apenas com as estudantes da Sede, no município de Santarém.

A autora, após submeter uma solicitação formal ao Serviço de Atendimento ao Cidadão (SIC) e obter a devida aprovação, teve acesso aos dados coletados. As respostas foram analisadas e utilizadas para compor o banco de relatórios do DPEAA, bem como autorizadas a compor o presente trabalho de conclusão de curso.

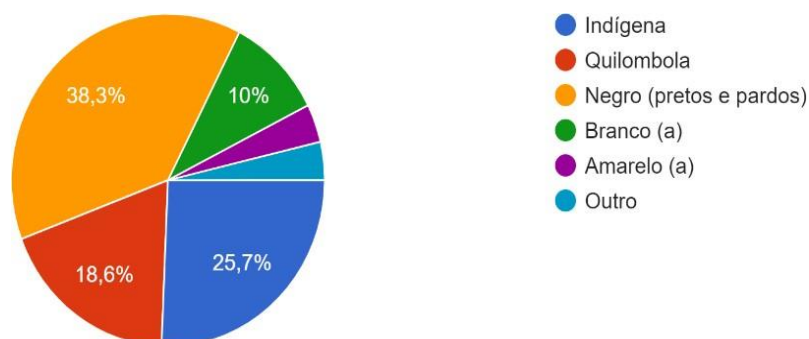
4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.

A partir dos questionários foi possível analisar as respostas coletadas e verificar quais são os principais desafios enfrentados pelas discentes, além de identificar o perfil social dessas mulheres. Esta seção foi dividida em duas abordagens, primeiro iniciamos o estudo dos resultados quantitativos e depois seguimos para os relatos das entrevistadas para a construção de itinerários conclusivos da pesquisa.

4.1. Análise das respostas objetivas:

A Universidade Federal do Oeste do Pará é uma instituição que oferece três tipos de ingressos aos estudantes, atualmente possui o processo seletivo regular (PSR) que utiliza a nota do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), passando pelo processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), destinado à seleção diferenciada de candidatos indígenas e o Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ), destinado à seleção diferenciada de candidatos quilombolas, para o provimento de vagas nos cursos de graduação oferecidos pela Universidade. Isso posto, o gráfico 1, apresenta o percentual de etnia das universitárias mães da UFOPA.

Gráfico 1: Qual é a sua etnia e/raça?

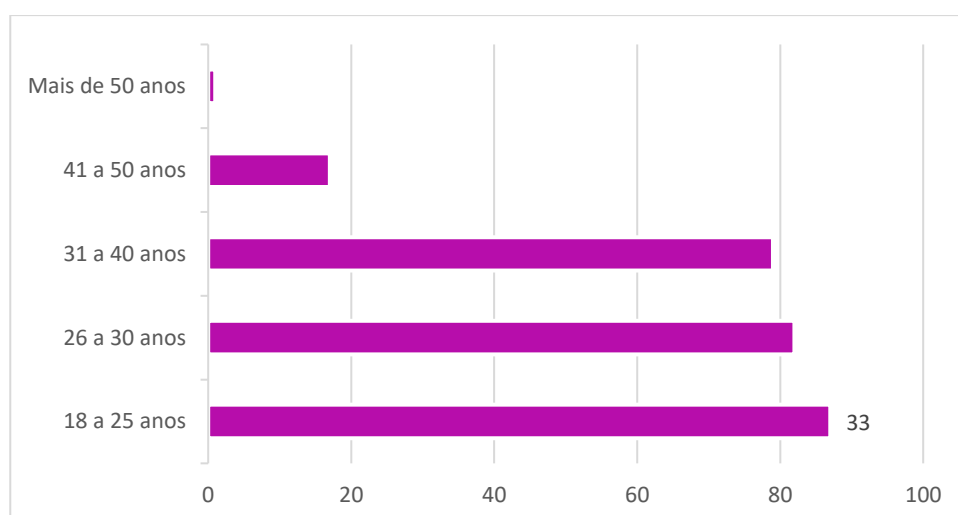


Fonte: Elaborado pela DPEAA.

No gráfico 1, verifica-se que 82% das discentes mães que responderam ao questionário são mulheres negras, indígenas e quilombolas. Esses dados demonstram que o perfil das entrevistadas corresponde ao mais vulnerável da sociedade brasileira, sobretudo no que se refere ao racismo e outras formas de violências. Este resultado, nos faz refletir sobre a necessidade de ações de acolhimento infantil voltado a crianças de mães negras, indígenas e quilombolas, numa perspectiva de educação etnorracial e intercultural, que possua como fundamento o combate às desigualdades e preconceitos tanto dentro da universidade quanto fora dela.

À respeito da faixa etária das estudantes, pode-se afirmar que cerca de 64% possui menos de 30 anos, sendo 33% com idades de 18 a 25 anos. conforme o gráfico 2.

Gráfico 2: Qual é a sua idade?

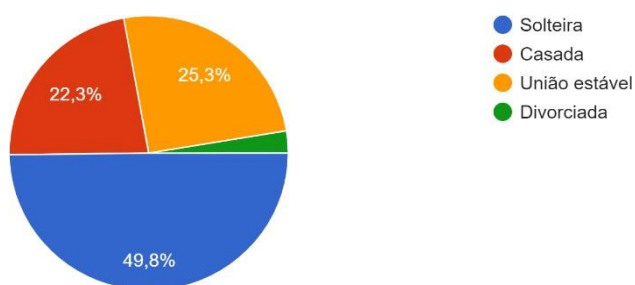


Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Os dados sobre a idade das acadêmicas, demonstram que grande parte dessas discentes saíram recentemente do ensino médio, e logo em seguida ou pouco tempo depois ingressaram na primeira graduação, situação que indica forte iniciativa dessas mães de manter um fluxo constante de crescimento no próprio grau de escolaridade até que suas metas profissionais e acadêmicas sejam alcançadas.

Com relação à situação conjugal das estudantes, foram encontrados 49,8% das mães declararam que eram solteiras, 22,3% eram casadas e 25,3% declararam união estável, conforme o gráfico 3.

Gráfico 3: Qual é o seu estado civil?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Observa-se que 49,8% das discentes declaram ser solteiras, um indicativo de maior possibilidade de sobrecarga quanto as atividades relacionadas a maternidade, considerando um cenário onde não há divisão de tarefas com a figura paterna de seus filhos.

Essa condição agrava-se quando se verifica que 60% destas estudantes mães não possuem casa própria, residindo em casa alugada, de parentes ou cedida. Ou seja, com maior risco de vulnerabilidade para a mãe e para as crianças. Conforme descrito nos gráficos 4 e 5.

Gráfico 4: Qual o local da sua residência?

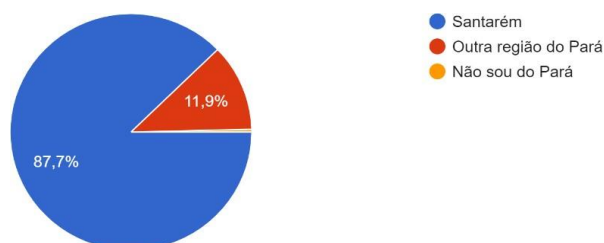
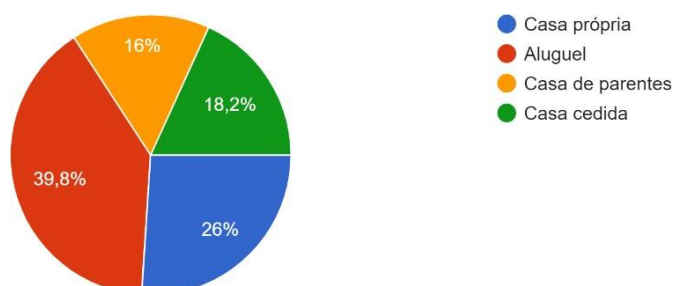


Gráfico 5: Qual o seu tipo de moradia?



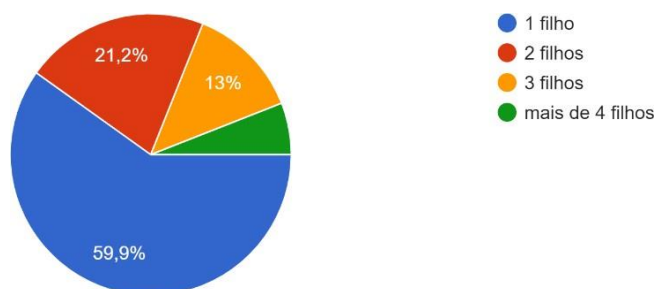
Fonte: Elaborado pela DPEAA.

O município de Santarém, sede da UFOPA, situa-se na confluência dos rios Tapajós e Amazonas. Possui em suas margens grandes extensões de terras baixas, conhecidas como várzeas, onde um expressivo contingente da população santarena reside nas comunidades, tais como, Santana do Ituqui, Santa Maria do Tapará, Centro de Aritapera, entre outros. Desta forma, algumas estudantes nascidas nessas comunidades, saem de seus lares para morar em residências alugadas no município e alcançar o ingresso ao ensino superior.

O ato de morar longe da família de origem é uma das intempéries, dentre outras, que essas mulheres precisam vivenciar na busca do diploma. Apesar da UFOPA, ser uma instituição multicampus, alguns cursos são apenas ofertados na Sede, fazendo com essas estudantes se desloquem para a região urbana do município para realizarem o sonho da graduação.

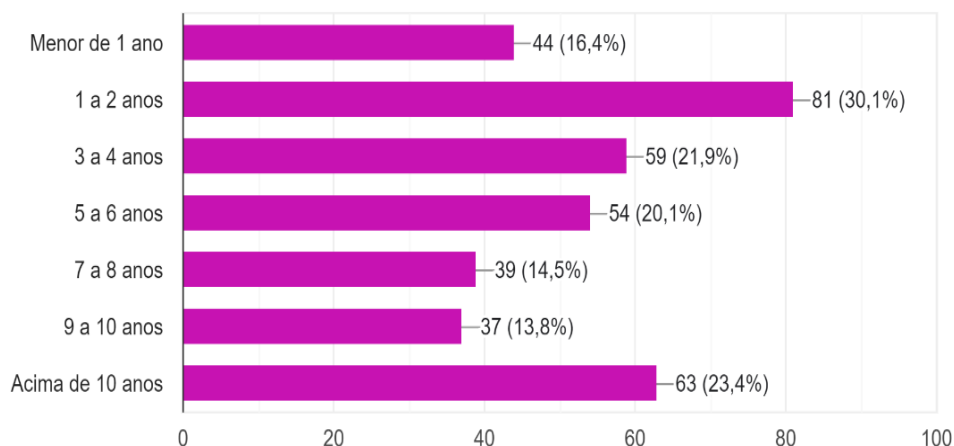
Acerca do planejamento familiar, outro elemento importante, é o número de filhos e a faixa etária das crianças. Nos gráficos 6 e 7 apresenta que aproximadamente de 60% das discentes possui somente um filho e 30% possui filhos entre 1 e 2 anos.

Gráfico 6: Qual o número de filhos?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Gráfico 7: Qual a faixa etária dos filhos?



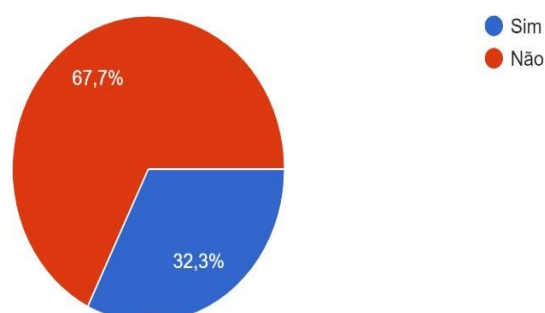
Fonte: Elaborado pela DPEAA.

De acordo com o Ministério da Saúde, as idades iniciais das crianças são extremamente sensíveis para o desenvolvimento, pois é quando ela forma toda a sua estrutura emocional e afetiva e desenvolve áreas importantes do cérebro relacionadas à personalidade, ao caráter e ao aprendizado (BRASIL, 2020).

Essa etapa formativa infantil apresenta-se como grande desafio para uma mãe que precisa se dedicar aos estudos e educar uma criança. Destaca-se ainda que a sobrecarga, o pensamento de culpa compromete a saúde mental das estudantes mães, que pensam estar “sacrificando” o tempo de qualidade com seus filhos em prol da sua formação profissional.

No que se trata de amamentação, o Ministério da Educação, garante o direito à amamentação nas escolas, universidades e outras instituições federais de ensino (BRASIL, 2017). No estudo encontrou-se que 32,3% das estudantes são mães de crianças lactantes (ver gráfico 8).

Gráfico 8: Você amamenta?

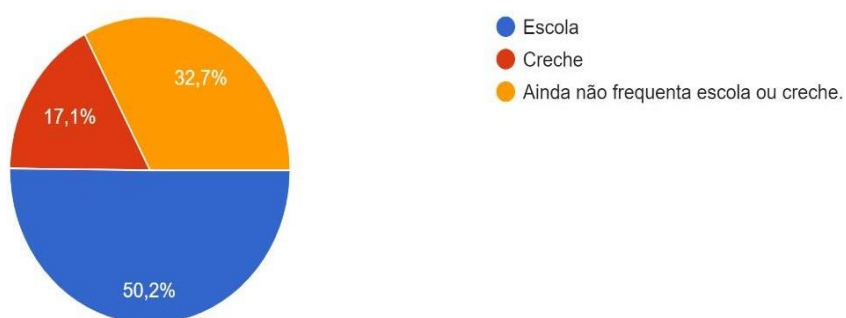


Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Considerando que a amamentação é fundamental para o fortalecimento do vínculo mãe e filho, e, sobretudo, para a saúde e desenvolvimento da criança, destaca-se que a infraestrutura da Universidade ainda não dispõe de espaços adequados para a amamentação e a higiene da criança, como por exemplo, um fraldário. A falta de um local que possibilite um cuidado maior da mãe com seus filhos, deixando-a em situação constrangedora para atender as necessidades da criança. Pensar em locais que auxiliem a família nos cuidados, uma vez que encontramos, pais e mães cursando graduação, é um passo importante para tornar a academia é um espaço para elas, para todos.

No gráfico 9, observa-se o percentual de 32,7% dos filhos(as) dessas estudantes não estão em nenhum ambiente de ensino, 17,1% estão frequentando creches e 50,2% matriculados em escolas.

Gráfico 9: Qual o local onde os filhos estudam?

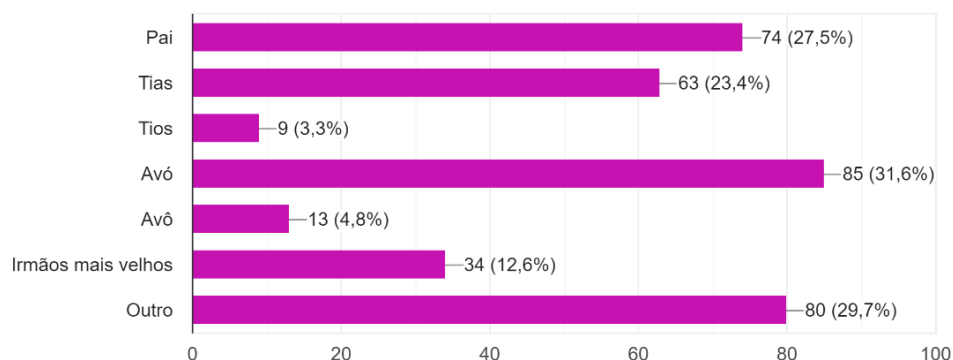


Fonte: Elaborado pela DPEAA.

No gráfico 9, observa-se o percentual expressivo das crianças que não estão em nenhum ambiente de ensino. Ou seja, são crianças que estão em uma faixa etária que dependem da atenção exclusiva dos pais, em especial da mãe por conta da amamentação. Mais uma vez, nos faz refletir, sobre a falta de um espaço infantil, dentro da Universidade, que servia como um apoio estrutural, e também como apoio psicológico, a tranquilizar mães discentes que necessitam deixar seus filhos no espaço seguro, enquanto realizam suas atividades de ensino, visto que terão a certeza que seus filhos estão sendo bem cuidados e devidamente incentivados social e intelectualmente. Urpia e Sampaio (2009) dizem que, ter um espaço como este, facilitaria para as mães ao saberem onde os filhos estariam, tendo a possibilidade de acesso sempre que possível, ao compartilhar o mesmo espaço institucional.

Com relação a rede de apoios das discentes, verifica-se que cerca de 75% das crianças ficam aos cuidados dos avós, tios e irmãos mais velhos, apenas 27% contam com o apoio do pai da criança, e existe um percentual de “outros” que podem ser desde vizinhos até mesmo amigos ou conhecidos (gráfico 10).

Gráfico 10: Com quem você deixa os filhos para estudar?

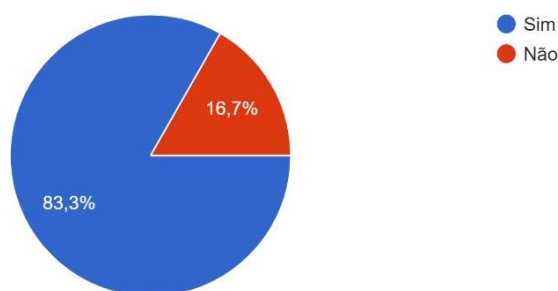


Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Tais índices demonstram a fragilidade da segurança dessas crianças, considerando que em grande parte dos casos acabam ficando longe das suas figuras parentais e submetidas a maiores riscos de violência, seja ela física, psicológica ou até mesmo sexual. Além disso, a falta de uma rede de proteção fixa, aliada às limitações de infraestrutura em espaços educacionais e comunitários, intensifica a insegurança a que essas crianças estão submetidas, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes que priorizem a proteção e o bem-estar infantil.

Ao serem questionadas sobre a necessidade de levarem seus filhos para o ambiente universitário, encontrou-se que 82,3% das mulheres responderam sim, e apenas 16,7% não tiveram esta necessidade, conforme o gráfico 11.

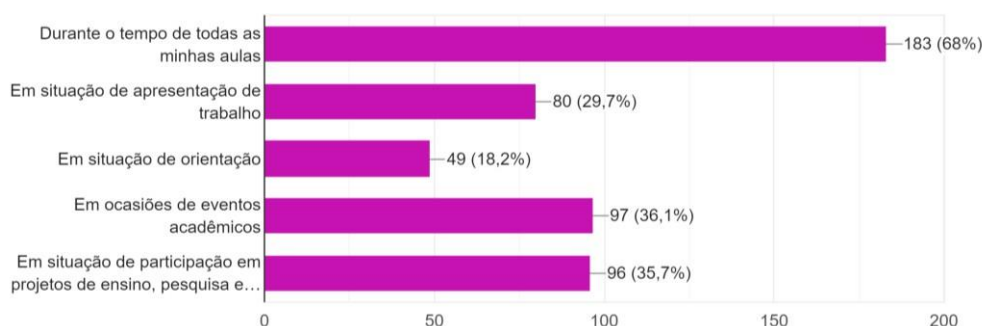
Gráfico 11: Já precisou levar os filhos para a universidade?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Ao longo do percurso acadêmico as estudantes possuem uma carga horária expressiva de atividades a serem desenvolvidas no curso de nível superior. Ao serem questionadas sobre o período que os filhos precisariam ficar em um espaço de acolhimento, dentro da Universidade, 68% indicou ser durante o tempo das aulas teórico-práticas, seguido de 36,1% em ocasião de eventos acadêmicos, 35,7% em situação de participação em projetos de ensino, pesquisa e/ou extensão e 29,7% em atividades de apresentação de trabalhos (ver gráfico 12).

Gráfico 12: Em que período os filhos precisam ficar em um espaço de acolhimento?

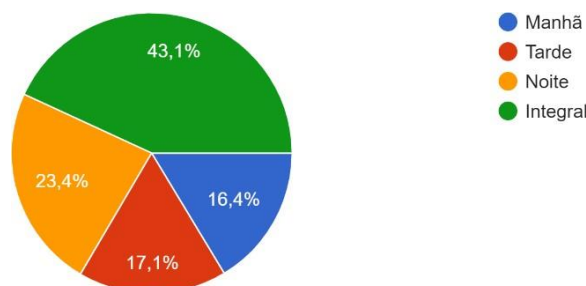


Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Esse fato confirma a urgência da criação de um espaço de acolhimento infantil para que essas crianças fiquem em espaço seguro de acolhimento enquanto a discente está em sala de aula, principalmente durante provas, apresentações de trabalho, entre outras atividades importantes para o rendimento educacional.

A Universidade, atualmente, oferece cursos de graduação em tempo integral. No estudo, percebeu-se que a maioria das mães estão matriculadas em cursos de graduação de período integral com 43,1%, modalidade em que o discente frequenta aulas em dois turnos, totalizando 8 horas diárias e com possibilidade de inclusão de sábados. Outro dado importante foi o percentual de 23,4% estudam no período noturno, e apenas 16,4% estudam no turno matutino (Gráfico 13).

Gráfico 13: Qual o turno que estuda?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Tal informação reforça a o quanto estas mães possuem uma jornada de longas horas no ambiente estudantil, ao participarem das aulas, da realização de projetos e demais

atividades extracurriculares. Essa gama de atividades necessita de horas de dedicação, que a mãe precisa administrar entre as tarefas domésticas, de cuidado com os(as) filhos(as), a afetar diretamente o desempenho acadêmico, muitas vezes, prejudicado pela falta de rede de apoio na maternidade.

Ao verificarmos no gráfico abaixo, 94,8% das estudantes deixaram de participar de algum evento acadêmico por não ter com quem deixar os filhos (gráfico 14), e 46,8% sequer chegou a participar (gráfico 15). Ou seja, temos aqui um quadro alarmante de desvantagem competitiva com relação a outros estudantes.

Gráfico 14: Já deixou de participar de eventos acadêmicos por não ter com quem deixar os filhos?

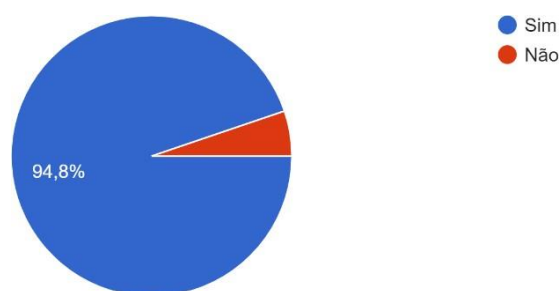
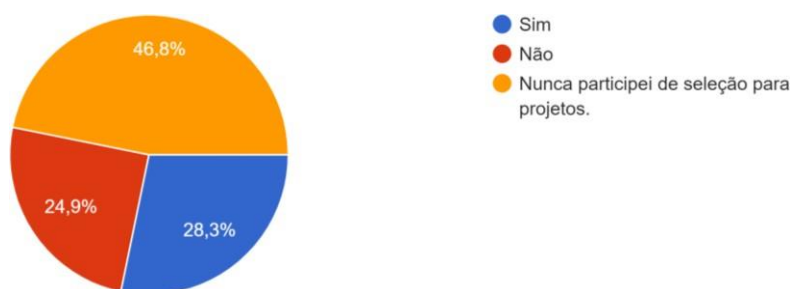


Gráfico 15: Em editais de ensino, pesquisa e extensão já foi questionada sobre ter filhos?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

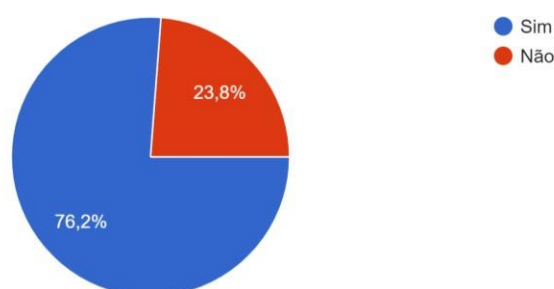
Diante da informação, é inegável a importância de políticas universitárias que facilitem que mães discentes, também tenham a possibilidade de ocupar espaços de aprimoração profissional e acadêmica como eventos, simpósios, congressos e cursos de capacitação relacionados à sua área de formação.

Sendo assim, cabe à universidade pública pensar em formas de igualar as

oportunidades de desenvolvimento profissional para todos os discentes. Nos deixando como reflexão para novos desenhos de políticas públicas, tais como, cotas específicas para mães com interesse em se inscrever em editais de fomento para eventos acadêmicos, bem como acréscimos no auxílio oferecido pela instituição. É preciso buscar promover igualdade de oportunidades e equidade de gênero.

Além disso, as respostas do gráfico 16 informam que mais de 75% das mães tiveram dificuldades em justificar faltas por conta de compromissos com os seus filhos, o que reflete o comportamento pouco acolhedor por parte de professores com relação à luta pessoal de alunas que precisam conciliar maternidade e a formação universitária.

Gráfico 16: Já teve dificuldade em justificar falta por causa da maternidade?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Deste modo, é fundamental que sejam pensadas medidas para conscientizar o corpo docente quanto à maternidade durante o curso de graduação, passando por rodas de conversa, palestras e orientações da coordenação acadêmica. Apesar da lei 6.202, de abril de 1975, garantir as estudantes o direito a continuar estudando normalmente durante a gravidez e, a partir do oitavo mês, ter quatro meses de licença-maternidade. A legislação não consegue abarcar a complexidade da rotina de atividades de uma mãe solo, que estuda (BRASIL, 1975).

Essa realidade implica em desânimo por parte das estudantes mães em permanecer na Universidade. Os dois gráficos a seguir (Gráficos 17 e 18) representam a triste e delicada realidade da maioria das mães de filhos de pouca idade que decidem cursar uma graduação. Quase 80% já pensou em desistir e mais de 80% conhece uma mãe que chegou a desistir do sonho de se formar no ensino superior, possivelmente por conta das implicações que envolvem matinar e permanecer na universidade sem as condições necessárias.

Gráfico 17: Já pensou em desistir da Universidade por ser mãe?

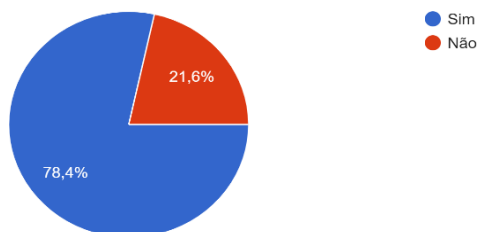
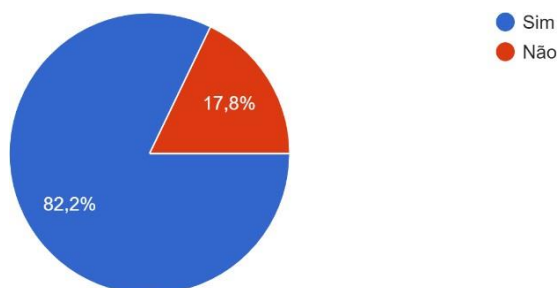


Gráfico 18: Conhece alguém que já desistiu da universidade pelos desafios da maternidade?



Fonte: Elaborado pela DPEAA.

Portanto, os dados aqui estudados, mostram a real necessidade da Instituição em promover fóruns de discussões, referentes ao campo de interesse, a oportunizar que as estudantes partilhem suas opiniões, troquem informações, argumentem sobre esta determinada questão, e busque estratégias para promover políticas de permanência materna que contribuam para a diminuição dessas estatísticas, validando a ascensão profissional da maior quantidade possível de mães, e assim, cooperando para a melhoria da qualidade de vida de diversas famílias.

Como dito por Lima (2014) e Leher (2019) a conquista da qualificação profissional, deve incidir positivamente na vida dessas mulheres, a afugentar-se, da expansão da precarização do trabalho. A transformação pela educação, passa em proporcionar reais chances de melhores salários e melhores oportunidade no mercado de trabalho.

A partir do que encontramos neste estudo, com 38% das entrevistadas, estudantes negras, mães solas, na faixa etária de 18 a 25 anos, morando em casas alugadas com seus filhos de 1 a 2 anos de idade, nos faz refletir sobre a interseccionalidade a qual nos foi apresentada. Como dito por Henriques (2016) a reserva de vagas para negros e carentes na educação superior pública não dissolveu

as desigualdades de classe e raça. Compreender a interseccionalidade entre dois ou mais fatores sociais, como questões de gênero, etnia, raça, localização geográfica é fundamental para a construção do lugar do negro na universidade pública brasileira.

4.2. Análise das questões subjetivas

Aos darmos continuidade nas discussões dos dados, para além das respostas obtidas por meio das questões objetivas, foi possível analisar as respostas das questões abertas inseridas no questionário. Essas questões permitiram que as mães se expressassem de maneira mais livre, sem a influência de opções de resposta previamente estabelecidas. Conforme o quadro 1 temos a descrição de algumas das principais respostas das entrevistadas, quando questionadas sobre “como é para você vivenciar a maternidade e cursar o ensino superior na UFOPA”.

QUADRO 1 - Como é para você vivenciar a maternidade e cursar o ensino superior na UFOPA?
Aluna 1 – “Muito complicado. Porque não tenho família nem amigos aqui na cidade, moro sozinha, mas meu filho. Eu tive ele antes de vim aqui para a cidade, o pai dele não liga para ele. [...]”
Aluna 2 – “Tem algumas dificuldades, como o horário de saída do meu filho na escola com meu horário de saída na universidade [...] ele sai no horário de 11:15 horas e eu saio no horário de 12:25, as vezes eu não tenho quem pegue ele pra mim na escola então eu tenho que sair mais cedo [...]”
Aluna 3 – “Todos os dias tenho vontade de desistir da faculdade para ficar somente com minha filha”
Aluna 4 – “Sou da pós graduação, doutorado. É muito pesado. Fui praticamente convidada a me retirar do curso porque solicitei licença maternidade e como não havia regimento próprio para tal, esse foi o conselho que recebi. Desenvolvi pânico por conta dessa questão. [...]”
Aluna 5 – “[...] Em certos dias me vejo no dilema se estudo ou cuido da minha filha, ela está na fase educacional, na qual diariamente faz indagações e questionamentos, o que muitas vezes acontece nos momentos que estou fazendo trabalhos acadêmicos. [...]”
Aluna 6 – “Só vejo meu filho aos finais de semana por conta das aulas [...]”

Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme evidenciado nas respostas apresentadas no Quadro 1, observa-se as significativas dificuldades enfrentadas pelas mães na conciliação entre a maternidade e os estudos. Mesmo aquelas cujos filhos estão em idade escolar precisam, em alguns momentos, abdicar da integralidade das aulas para buscar seus filhos na creche, o que

impacta negativamente sua frequência e a assimilação dos conteúdos ministrados nas disciplinas.

Ademais, há relatos de mães que se deslocaram de outros municípios para cursar uma graduação na UFOPA e que, convivendo sozinhas com seus filhos, sem a presença de uma figura paterna ou de uma rede de apoio familiar, veem-se obrigadas a levar os filhos para as aulas. Essa situação também compromete sua concentração e rendimento acadêmico.

Diante desse cenário, a reflexão sobre a ampliação de políticas públicas de assistência à maternidade, é urgente e imprescindível, abrangendo alunas de graduação e pós-graduação, a fim de que a falta de apoio e infraestrutura adequados não contribua para a evasão universitária dessas mães.

Como encontrado por Gonçalves e Ternovoe (2017), que evidenciou a sobrecarga por qual essas estudantes passam, a administrar diversas atribuições, e quando questionadas qual função desistiria, seria a de aluna, porque precisariam trabalhar fora de casa enquanto continuam a ser mães.

No quadro 2 temos a descrição sobre “a compreensão de seus professores/colegas da UFOPA sobre a maternidade”.

QUADRO 2 – Na sua percepção, como é a compreensão de seus professores/colegas sobre a maternidade?
Aluna 1 – “Teve uma vez que levei minha filha comigo pra sala de aula. E o professor não gostou muito. Por que ela fica andando e chorando. Isso incomodou ele. Os meus colegas de aula sempre foram muito compreensíveis [...]”
Aluna 2 – “No meu curso, a maioria dos professores aceitaram que eu levasse meu filho pra sala, e trataram muito bem, no entanto um ou dois professores não negaram que estavam insatisfeitos com a presença dele no local, [...] isso foi muito entristecedor pra mim.”
Aluna 3 – “Um pouco complicada, geralmente ouço reclamações e perguntas como: não tem com quem deixar ele mesmo? Ou amanhã é prova, tem como deixar ele? As vezes não realizo a prova por esse motivo. Ele está sempre nas aulas comigo”
Aluna 4 – “Alguns professores são tranquilos, super entendem, mas outros não entendem e ainda são grossos[...]. Com relação aos colegas de classe eles na sua maioria são compreensivos”
Aluna 5 – “Todos são muito compreensíveis, mas ainda sinto uma culpa de ser algo que eu tenha que lidar, uma responsabilidade minha, por isso tento não pedir demais dos outros.”
Aluna 6 – “Super compreensíveis e disponíveis a ajudar quando necessário para provas, apresentações [...], mas fico muito preocupada em prejudicar a atenção dos colegas e a concentração dos professores quando levo ela para sala de aula”

Fonte: Elaborado pela autora

No quadro 2, compreende-se a falta de acolhimento por parte de docentes e colegas de classe, no que tange a necessidade das mães de levarem os filhos para a sala de aula. Apesar de reforçarem a existência de professores e colegas que são compreensíveis e solícitos, observa-se que esta não é a realidade do total de estudantes, e que grande parte ainda lida com comentários de julgamento e reações negativas. Ademais, mesmo as que recebem apoio e compreensão, se sentem envergonhas e culpadas por “prejudicar” a concentração do restante da turma, o que demonstra que as alunas não se submetem a esta situação por escolha, mas por necessidade, visto que deixar os filhos em outro local durante as aulas não é uma opção viável para elas.

Como estudado por Pereira (2022) onde afirma que, as mulheres mães já sofrem preconceito da sociedade e quando optam por exercer os dois papéis, o estigma é ainda maior, passando por várias situações de incompreensão dos colegas de sala e dos docentes.

Ao serem questionadas sobre “quais ações a instituição poderia adotar para uma política de permanência materna”, as entrevistadas levantaram e algumas sugestões que foram descritas no quadro 3.

QUADRO 3 - Na sua opinião, que ações a instituição poderia adotar para uma política de permanência materna?
Aluna 1 – “Poderia haver um espaço com monitores, principalmente estudantes do curso de Pedagogia que possam ser supervisionados e orientadores por docentes e técnicos da Ufopa [...]”
Aluna 2 – “Ter um espaço de acolhimento para as crianças na universidade que contasse com apoio de profissionais, seria um sonho realizado.”
Aluna 3 – “Um programa de apoio social onde as mães possam compartilhar experiências [...]”
Aluna 4 – “Uma creche em especial para crianças menores de 2 anos[...]”
Aluna 5 – “Psicólogos afetivos para conversar com as mães e ouvi-las.”
Aluna 6 – “Professores mais flexíveis com o horário para quem é mãe”
Aluna 7 – “Primeiro o básico, que é ter uma estrutura mínima para mães e crianças. É vergonhoso a instituição não ter um lugar para mães amamentarem e um fraldário! [...]”

Fonte: Elaborado pela autora

No Quadro 3, evidencia-se nas respostas o desejo das mães por um espaço infantil dentro da universidade, onde seus filhos possam permanecer sob os cuidados de profissionais da área pedagógica enquanto elas assistem às aulas, realizam trabalhos acadêmicos ou participam de avaliações. Além disso, torna-se clara a demanda por

suporte psicológico, seja por meio de consultas com profissionais especializados, seja através da criação de grupos de apoio, que permitam o compartilhamento de experiências e relatos, tanto positivos quanto negativos, sobre os desafios de conciliar maternidade e vida acadêmica.

Adicionalmente, as mães enfatizam a urgência de melhorias na infraestrutura da universidade, destacando a necessidade de fraldários e espaços adequados para amamentação, especialmente voltados para crianças com menos de dois anos, que exigem cuidados específicos.

Essas medidas visam não apenas garantir o bem-estar das crianças, mas também proporcionar às mães maior tranquilidade para se dedicarem às suas atividades acadêmicas, reduzindo assim o impacto da maternidade sobre seu desempenho educacional. Como dito por Urpia e Sampaio (2009) sobre ter um espaço como este, facilita para as mães ao saberem onde os filhos estão, tendo a possibilidade de acesso sempre que possível, sem a necessidade de deslocamento para lugares longínquos fora do espaço da Universidade.

Os estudantes universitários apresentam os mais variados motivos para fazer um curso superior, desde a melhora na fonte de renda até uma realização pessoal. O quadro 4, destaca os motivos das mães universitárias, da UFOPA, à sua permanência na universidade.

QUADRO 4 - O que lhe motiva a permanecer na universidade?
Aluna 1 – “Meus filhos”
Aluna 2 – “Um futuro melhor”
Aluna 3 – “Acima de tudo o meu filho, depois o desejo de ter um futuro, dar uma vida melhor para o meu filho, porque hoje em dia tudo depende do estudo.”
Aluna 4 – “Minha filha, eu quero que ela tenha as oportunidades que eu não tive, um ensino que eu não tive, que ela consiga tomar as próprias decisões em questão de graduação sem tanta pressão assim como eu tive.”
Aluna 5 – “Porque como mulher e mãe eu sei que mereço ocupar outros espaços, que não preciso me limitar ao espaço e o trabalho do lar [...]
Aluna 6 – “Meus filhos e meus pais. É por eles e para eles, sempre.”

Fonte: Elaborado pela autora.

O Quadro 4 mostra como a vida acadêmica das alunas mães é inseparável da vida familiar, bem como as expectativas para o futuro, não apenas a realização delas, mas também a de seus filhos. As respostas indicam que a maternidade não é um empecilho e, pelo contrário, uma das razões pelas quais elas conseguem e desejam permanecer na universidade.

Nesse sentido, as alunas mães, possuem o desejo de proporcionar um futuro melhor para os filhos, que a mãe acredita estar condicionado à educação. No entanto, as falas também trazem uma perspectiva política, de reconhecimento desse espaço dentro de uma sociedade, ela luta por igualdade de gênero e pelo direito que o filho eduque.

As entrelinhas do quadro 4 mostram que as motivações das alunas mães não se resumem ao diploma. Elas abrangem um profundo ideal de mudança social, pessoal e familiar, vendo na educação um caminho único e essencial para a mudança e a efetivação de si para um futuro planejado, corroborado pelo estudo de Gonçalves e Ternovoe (2017), Pereira (2022) entre outros, onde as entrevistadas sonham em garantir o conforto de sua família, após o término do curso.

Por fim, de maneira geral, encontramos neste estudo, que as ações afirmativas de políticas públicas que visam a assegurar o ingresso da quilombola e/ou indígena na Universidade, não desmitifica as desigualdades, trazendo às claras os desafios que esta população precisa constantemente enfrentar. Isto posto, *“fica visível que somente a adoção de políticas afirmativas universais não é suficiente para amenizar a desigualdade existente ao longo da história da sociedade brasileira, principalmente em relação à educação superior”* (MARQUES, 2018, p. 24).

5. CONCLUSÃO

A partir dos resultados encontrado ao longo desta pesquisa, conclui-se que há inúmeras evidências dos desafios enfrentados pelas discentes mães da Universidade Federal do Oeste do Pará, no campus de Santarém. A falta de infraestrutura e a inexistência de iniciativas para combater o estresse a sobrecarga mental dessas mulheres, contribui para agravar as barreiras enfrentadas no seu cotidiano, comprometendo sua frequência, rendimento, concentração e a aquisição do seu diploma, visto que há incidência de mães desistindo do curso por conta da exaustiva rotina.

Esses obstáculos não impossibilitam somente a permanência dessas alunas na universidade, mas, também, o direcionamento da concepção de seus próprios papéis em poder ingressar em uma rotina de estudos satisfatória, seja na graduação ou pós. A escassez de políticas públicas para esses casos também contribui para a urgência da reestruturação de serviços e práticas institucionais que tornem o ambiente acadêmico mais inclusivo e amigável para aquelas que são mães e querem se graduar.

No estudo encontramos legislações que amparam as mulheres, no que diz respeito a sua ausência no puerpério. Porém, o regulamento institucional dos cursos de graduação e pós-graduação na instituição, não abarcam as necessidades de mães solas, em caso de doença dos filhos pequenos. Ainda não existe a inclusão de faltas por acompanhamento maternal na classificação de faltas obrigatoriamente justificadas e abonadas, mediante comprovação.

Além disso, a pesquisa mostrou a dificuldade das estudantes em participar de eventos científicos, critério obrigatório nos cursos de graduação. Ainda não existe cotas específicas para mães com interesse em se inscrever em editais de fomento para participação em eventos acadêmicos, bem como acréscimos no auxílio oferecido pela instituição. É preciso buscar a promoção de igualdade de oportunidades e equidade de gênero.

É notável que a UFOPA, desenvolve políticas focadas no ingresso dos estudantes, e busca facilitar a porta de entrada da comunidade para a universidade. Entretanto, torna-se frívolo a quantidade considerável de ingressos se não há políticas suficientes para mantê-los na instituição. O ingresso é importante, mas urge a necessidade de pensar em formas de minimização da evasão acadêmica, de modo a garantir a permanência dos estudantes do início das aulas até a formatura.

De acordo com a terceira edição do levantamento “Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil”, divulgado dia 08 de março de 2024 pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), revelou que a maioria das pessoas no país com ensino superior completo são mulheres. Segundo a amostra, elas correspondem a 21,3% dos brasileiros com diploma, enquanto os homens são 16,8%. Tais dados refletem a lógica de priorizar políticas que acompanhem esse público feminino, para que não diminuam os índices de formandas.

Durante a realização deste trabalho, a Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas (DPEAA) da UFOPA, após análises das entrevistas, deu continuidade à elaboração de novas políticas de assistência estudantil que visam atender às demandas específicas das alunas mães. Entre as ações previstas, destaca-se a inauguração de um espaço infantil localizado no Núcleo de Salas de Aula (NSA), um dos prédios da UFOPA.

Esse espaço será uma Afroteca, um ambiente composto por livros, jogos, brinquedos e instrumentos musicais, coordenado por uma equipe especializada que adota uma abordagem educacional antirracista. A Afroteca está sendo concebida para acolher, cuidar e educar as crianças sob uma perspectiva afrocentrada, promovendo um espaço

inclusivo e de valorização da diversidade cultural. Tal iniciativa, representa um avanço significativo da UFOPA no que tange a construção de um ambiente educacional mais equitativo, ajudando a reduzir o risco de evasão universitária por parte das mães.

A Afroteca simboliza, portanto, não apenas um espaço físico de acolhimento, mas uma iniciativa que valoriza o papel das mães no ambiente universitário, oferecendo suporte fundamental para que elas possam se dedicar ao seu desenvolvimento acadêmico e profissional sem abrir mão de seus compromissos familiares.

Do ponto de vista pessoal, como autora deste trabalho e também mãe, pude vivenciar muitas dessas dificuldades citadas por outras mulheres durante a pesquisa. A experiência de ser mãe, aluna universitária e contribuinte para a renda da minha família, me trouxe uma compreensão profunda dos desafios analisados, especialmente no que se refere à falta de infraestrutura e ao impacto psicológico de equilibrar maternidade com vida acadêmica e profissional. Essa jornada me fez enxergar a importância de lutar por políticas mais inclusivas que garantam o acesso pleno à educação para todas as mães, sem que o fato de terem filhos seja um fator limitante para sua formação e futuro profissional.

Nesse contexto, as políticas públicas desempenham um papel essencial, pois são instrumentos fundamentais para promover a igualdade de oportunidades entre os alunos. Ao investir em políticas de assistência estudantil, a universidade e o governo reforçam o compromisso com a cidadania, combatendo as desigualdades de gênero e criando condições para que estudantes mães possam ocupar espaços de destaque no mercado de trabalho e na universidade. Assim, políticas públicas de apoio à maternidade no ambiente universitário refletem um avanço social, promovendo o desenvolvimento individual das alunas e, ao mesmo tempo, o fortalecimento da cidadania e da justiça social.

Concluo esta pesquisa com a convicção de que mudanças são necessárias e urgentes, para que as instituições de ensino superior se transformem em um espaço verdadeiramente acessível e acolhedor para todas as mulheres, independentemente das condições familiares e étnicas.

REFERÊNCIAS

1. ABL. Academia Brasileira de Letras. **Definição de metodologia qualiquantitativo**. Disponível em: [qualiquantitativo | Academia Brasileira de Letras](#). Acesso em: 01/10/2024.
2. BARROS, SS; SABÓIA, VM; VIANA, VP Desafios entre vida acadêmica e amamentação: uma revisão sistemática. **Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento**, v. 10, n. 8..
3. BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo** – Fatos e Mitos. Vol. Ed. 4. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.
4. BRASIL. **Lei Nº 6.202**. de 17 de Abril de 1975. 2000. Atribui a estudante em estado de gestação o regime de exercícios domiciliares pelo Decreto nº 1.044, de 1969. Disponível em: L6202 (planalto.gov.br). Acesso em: 13 de outu.
5. BRASIL. **Portaria nº 604, de 10 de maio de 2017**. Portaria MEC. Garante o direito de lactantes e lactentes à amamentação nas áreas de livre acesso ao público ou de uso coletivo nas instituições do sistema federal de ensino. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/maio-2017-pdf/64361-portaria-aleitamento-1105-pdf/file>
6. BRASIL. MINISTERIO DA SAUDE. **Primeira Infância**. 2020. Disponível em [..https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia#](https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-crianca/primeira-infancia#). Acesso em 23 abr. 2024
7. GARCIA, F. M. **Ser social, dominação e violência**: um estudo do binômio dominação-violência a partir de uma perspectiva ontológica, com ênfase na questão de gênero. São Paulo: PUC, 1999. p. 212.
8. GONÇALVES, Josiane Peres; TERNOVOE, Janaina dos Santos. Desafios Vivenciados por Mulheres Universitárias de Mato Grosso do Sul, que são Mães, Profissionais e Donas de Casa. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 8, n. 2, ago-dez, 2017, p. 116-142.
9. HENRIQUES, C. S. **Mulher, universitária, trabalhadora, negra e mãe**: a luta das alunas mães trabalhadoras negras pelo direito à educação superior no Brasil. *Universidade e sociedade*, n. 58, jun 2016.
10. IBGE. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

11. IBGE. **Estatísticas de gênero.** Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/>. Acesso em 14 de outu. 2024
12. LEHER, R. **Autoritarismo contra a universidade:** o desafio de popularizar a defesa da educação pública / Roberto Leher. – 1.ed. – São Paulo : Fundação Rosa Luxemburgo, Expressão Popular, 2019.
13. LIMA, Kátia. **Plano Nacional de Educação 2011-2020:** desafios para a educação superior. Encontro Nacional de Pesquisadores de Serviço Social (ENPESS), dezembro de 2014.
14. MATOS, VANESSA CRISTINA SANTOS. Uma análise sobre participação política (ações afirmativas) e cidadania feminina. **Antíteses**, v. 9, p. 171-178, 2008.
15. MATOS, MARIA IZILDA; BORELLI, ANDREA. Espaço feminino no mercado produtivo. Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo: **Contexto**, p. 126-147, 2012.
16. MARQUES, E.P.S. O acesso à educação superior e o fortalecimento da identidade negra. **Revista Brasileira de Educação**. v. 23. 2018.
17. MENEZES, Rafael de Souza et al. Maternidade, trabalho e formação: lidando com a necessidade de deixar os filhos. **Constr. psicopedag.**, São Paulo, v. 20, n. 21, p. 23-47, 2012.
18. OGLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia/concluir-ensino-superior-triplica-renda-mostra-ibge-22579344>. Acesso em 27 de setembro de 2024.
19. PEREIRA, N.G. **Mães Universitárias:** desafios e possibilidades em conciliar maternidade e educação. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal de Alagoas. 2022.
20. ROCHA-COUTINHO, Maria Lúcia. Novas opções, antigos dilemas: mulher, família, carreira e relacionamento no Brasil. **Temas em Psicologia**, v. 12, n. 1, p. 02-17, 2004.
21. R7 EDUCAÇÃO. Disponível em: <https://noticias.r7.com/educacao/mulheres-tem-mais-diploma-na-universidade-e-vao-mais-a-escola-do-que-os-homens-diz-ibge-08032024/>.
22. SCHUTZER, H. Educação Superior e Qualificação para o Desenvolvimento Econômico Nacional. **R. Bras. Planej. Desenv.**, Curitiba, v. 3, n. 1, p. 147-164, jan./jul. 2014.
23. SILVA, N. B. MULHER E UNIVERSIDADE: A LONGA E DIFÍCIL LUTA CONTRA A INVISIBILIDADE. In: Conferência Internacional Os Sete Saberes

Necessários à Educação do Presente, 2010, Fortaleza. **Anais da Conferência Internacional sobre os Sete Saberes**, 2010.

24. UFOPA. Disponível em <https://www.ufopa.edu.br/ufopa/comunica/noticias/ufopa-e-classificada-como-a-universidade-mais-sustentavel-da-regiao-norte/> Acesso em 14 de outu. 2024
25. URPIA, A. M. O. **Tornar-se mãe no contexto acadêmico**: narrativas de um self participante.2009. (201 f.). Dissertação (mestrado) –Universidade Federal da Bahia, - South American Development Journal Society|pag.166. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2009.
26. URPIA, A. M. O.; SAMPAIO, S. M. R. Tornar-se mãe no contexto acadêmico: dilemas da conciliação maternidade - vida universitária. **Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras**. vol. 3, n. 2, 2009.

ANEXO A – FORMULÁRIO PARA POLÍTICA DE PERMANÊNCIA MATERNA NA UFOPA

Formulário para uma Política de Permanência Materna na UFOPA

A Diretoria de Políticas Estudantis e Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Gestão Estudantil (DPEAA) está lançando este formulário para mapeamento da necessidade de implantação de um espaço infantil na Ufopa, Campus de Santarém. Esses dados complementarão pesquisa realizada pela DPEAA em setembro do ano passado. Agora focado no público estudantil, o objetivo é direcionar nossas políticas no que se refere a permanência materna na Universidade, garantindo igualdade de oportunidades e a promoção da inclusão de mulheres mães em ambientes acadêmicos.

Contamos com a ajuda de toda a comunidade acadêmica na divulgação deste formulário para alcançarmos o maior número possível de pessoas.

Formulário disponível no período de: 22 de abril até 20 de maio de 2024.

1. 1. Nome completo *

2. 2. Idade *

4. 4. Com qual etnia e/ou raça você se identifica? *

Marcar apenas uma oval.

- Indígena
- Quilombola
- Negro (pretos e pardos)
- Branco (a)
- Amarelo (a)
- Outro

5. 5. Estado civil *

Marcar apenas uma oval.

- Solteira
- Casada
- União estável
- Divorciada

6. 5. Onde você reside? *

Marcar apenas uma oval.

- Santarém
- Outra região do Pará

7. 6. Qual tipo de moradia? *

Marcar apenas uma oval.

- Casa própria
- Aluguel
- Casa de parentes
- Casa cedida

8. 7. Número de filhos *

Marcar apenas uma oval.

- 1 filho
- 2 filhos
- 3 filhos
- mais de 4 filhos

9. 8. Idade os filhos *
[marque mais de uma vez se tiver mais de um filho]

Marque todas que se aplicam.

- Menor de 1 ano
- 1 a 2 anos
- 3 a 4 anos
- 5 a 6 anos
- 7 a 8 anos
- 9 a 10 anos

10. 9. Sua criança ainda mama? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
- Não

11. 10. Que local seu filho/os estudam? *

Marcar apenas uma oval.

- Escola
- Creche
- Ainda não frequenta escola ou creche.

12. 11. A criança é pessoa com deficiência, altas habilidades ou superdotação? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

13. 12. Se, sim. Qual?

Marque todas que se aplicam.

Deficiência Física

Deficiência Visual

Deficiência Auditiva

Deficiência Intelectual

Transtorno do Espectro Autista

Múltiplas deficiências

Altas Habilidades ou superdotação

14. 13. Qual seu nível de escolaridade? *

Marcar apenas uma oval.

Graduação

Pós-graduação

15. 14. Instituto *

Marcar apenas uma oval.

ICED

ICS

ICTA

IFII

ISCO

IBEF

IEG

16. 15. Curso *

17. 16. Em qual turno você estuda? *

Marcar apenas uma oval.

- Manhã
- Tarde
- Noite
- Integral

18. 17. Como é para você vivenciar a maternidade e cursar o ensino superior na UFOPA?

19. 18. Na sua percepção, como é a compreensão de seus professores/colegas sobre a maternidade?

20. 19. Para poder estudar, com quem você deixa seu(s) filho(s)? *

Marque todas que se aplicam.

- Pai
- Tias
- Tios
- Avó
- Avô
- Irmãos mais velhos
- Outro

21. 20. Já teve que levar seu filho/a para Universidade, por não ter nem onde, nem com quem deixar?

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

22. 21. Com que frequência você precisa trazer as crianças para a Universidade? *

Marcar apenas uma oval.

- 1x por semana
 2x por semana
 3 x por semana
 4 x por semana
 Todos os dias
 Esporadicamente, caso a rede de apoio não consiga ajudar naquele dia em específico.

23. 22. Você já reprovou em disciplinas por não conseguir conciliar a maternidade e os estudos? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não

25. 24. Em editais de seleção para projetos de ensino, pesquisa e extensão já foi perguntada se tem filhos/as? *

Marcar apenas uma oval.

- Sim
 Não
 Nunca participei de seleção para projetos.

26. 25. Já deixou de ser incluída em grupos de trabalhos, projetos de ensino, pesquisa e extensão por ser mãe? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

27. 26. Você já teve dificuldade em justificar falta em sala de aula por causa da maternidade? *

[acompanhar filho em consulta médica, doença, reunião escolar, dentre outros]

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

28. 27. Em algum momento você já trancou o curso/disciplina por causa da maternidade? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

29. 28. Você já pensou em desistir da Universidade por ser mãe e estudante? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

30. 29. Você conhece alguém que desistiu por falta de condições de maternar e estudar? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

31. 30. O que lhe motiva a permanecer na universidade?

32. 31. Você compartilha sua experiência enquanto mãe estudante em outros espaços da universidade e/ou com outras mães estudantes? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

33. 32. Você já dividiu sua refeição do RU com seu/s filhos/as? *

Marcar apenas uma oval.

Sim

Não

34. 33. Em que tempo ou situação sua/s criança/s precisam ficar num espaço de acolhimento e apoio? *

Marque todas que se aplicam.

- Durante o tempo de todas as minhas aulas
- Em situação de apresentação de trabalho
- Em situação de orientação
- Em ocasiões de eventos acadêmicos
- Em situação de participação em projetos de ensino, pesquisa e extensão

35. 34. Na sua opinião, que ações a instituição poderia adotar para uma política de permanência materna?



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA

SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS
BIBLIOTECA CENTRAL RUY BARATA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

1. Identificação do autor

Nome completo: Luana Vitória de Sousa Brito

CPF: 03205013298 RG: 8829578 Telefone: (93 996520475) _____

E-mail: luavitoriasb@gmail.com

Titulação recebida: Bacharel

Seu e-mail pode ser disponibilizado na página de rosto?

(x) Sim () Não

2. Identificação da obra

() Monografia (x) TCC () Dissertação () Tese () Artigo científico () Outros: _____

Título da obra: Desafios enfrentados durante a permanência de mães no ensino superior – Uma análise na Universidade Federal do Oeste do Pará

Programa/Curso de pós-graduação: Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional

Data da conclusão: 21 / 10 / 2024.

Orientador: Dr. Inailde Corrêa de Almeida

E-mail: inailde.almeida@ufopa.edu.br

Co-orientador: _____

Examinadores: Dr. Carla Ramos

Me. Neylaine Santana

3. Termo de autorização

Autorizo a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) a incluir o documento de minha autoria, acima identificado, em acesso aberto, no Portal da instituição, na Biblioteca Ruy Barata, no Repositório Institucional da Ufopa, bem como em outros sistemas de disseminação da informação e do conhecimento, permitindo a utilização, direta ou indireta, e a sua reprodução integral ou parcial, desde que citado o autor original, nos termos do artigo 29 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998. Essa autorização é uma licença não exclusiva, concedida à Ufopa a título gratuito, por prazo indeterminado, válida para a obra em seu formato original. Declaro possuir a titularidade dos direitos autorais sobre a obra e assumo total responsabilidade civil e penal quanto ao conteúdo, citações, referências e outros elementos que fazem parte da obra. Estou ciente de que todos os que de alguma forma colaboram com a elaboração das partes ou da obra como um todo tiveram seus nomes devidamente citados e/ou referenciados, e que não há nenhum impedimento, restrição ou limitação para a plena validade, vigência e eficácia da autorização concedida.

Santarém, 01/11/2024

4. Tramitação

Secretaria / Coordenação de curso

Recebido em / /

Responsável: Siape/Carimbo

Assinatura do autor:

Documento assinado digitalmente
gov.br LUANA VITORIA DE SOUSA BRITO
Data: 01/11/2024 10:51:46-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

